



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**EMENDA Nº 132- PLENÁRIO**  
(à PEC nº 133, de 2019)



SF/19484.49748-51

Dê-se ao artigo 15º da PEC n.º 133, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 15. Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria que o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei de cada ente federativo, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, e observando que se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis, por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor destas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo, estabelecido pela totalidade desta verba, da mesma forma que a remuneração fixa, desde que tenha havido contribuição previdenciária sobre esta remuneração variável.”

Página: 1/5 17/09/2019 14:03:40

181c7ae4b59f17380fd9bf5ef5a855e2720e9ff9

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de emenda modificativa que reestabelece a isonomia de tratamento aos servidores públicos que possuem remuneração variável, em especial, àqueles ingressados antes da EC 41/2003.

Recebido em 18/9/19  
Hora: 14:05

*Renata Dressan Salomão* - Mat. 315743  
SGM/SLSF





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

A PEC 06 estabeleceu condições e critérios objetivos para que os servidores ingressados no serviço público até dezembro de 2003 possam se aposentar com integralidade e paridade de vencimentos/remuneração com os servidores da ativa.

A proposta de emenda constitucional em tela estipula, por exemplo, idade mínima de 60 anos e pedágio de transição de 100% do tempo que resta para completar os 35 anos de contribuição para o servidor homem ou 65 anos de idade, dentro de outras condições. Da mesma forma, estabeleceu condição para as servidoras mulheres, professores e servidores da segurança pública, sem falar nos militares que terão tratamento especial e melhor.

Embora possam ser questionáveis estes critérios e condições, por serem, no mínimo, exagerados, todas as categorias de profissionais do serviço público civil (e também do militar) ingressados no regime de previdência próprio antes de dezembro de 2003, terão duas possibilidades claras de aposentadoria com integralidade e paridade.

Para aqueles que possuem verba de remuneração variável, o que acontece com a maioria dos fiscos brasileiros, dentre outras poucas categorias, a PEC determina o cálculo de uma média desta parcela variável (de produtividade). Trata-se de inconstitucionalidade insanável, pois fere o princípio da isonomia, um direito e garantia individual que não pode ser alterado sequer por emenda constitucional.

É o que dispõe o artigo 5º da Carta Magna por seu caput e inciso I:

*"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;"*



SF/19484.49748-51

Página: 2/5 17/09/2019 14:03:40

181c7ae4b59f17380fd9bf5ef5a855e2720e9ff9







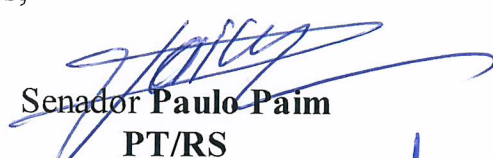
**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

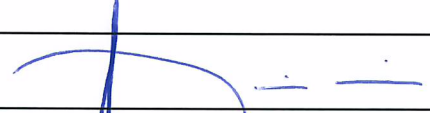
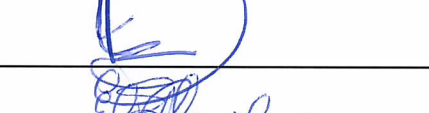
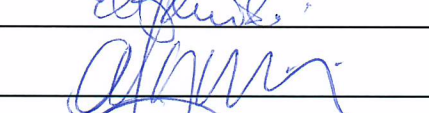
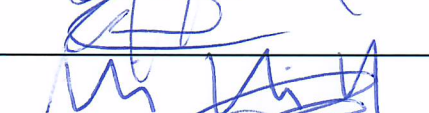

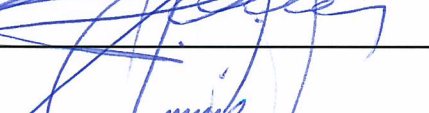
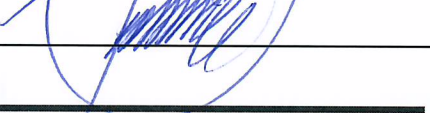
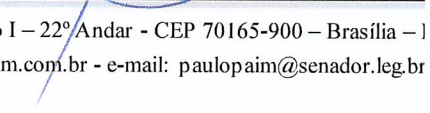

O disposto no artigo 5º é considerado direito e garantia individual, que somente pode ser modificado por outra Constituição, de acordo com o disposto no inciso IV do § 4º do artigo 60 da lei maior:

*"§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:  
IV - os direitos e garantias individuais."*

Assim, sendo, para fazer justiça a estes servidores, impõe-se a necessidade de eliminar este dispositivo que contém exigência discriminatória e adicional em relação às exigências feitas aos demais servidores públicos ingressados antes da EC 41/2003 para fazerem jus a uma aposentadoria com integralidade e paridade de vencimentos/remuneração com os servidores da ativa da mesma carreira.

Sala das sessões,

  
Senador Paulo Paim  
PT/RS

1	Márcia Gomes	
2	KAIJUW	
3	Elisângela Faria	
4	Elizângela	
5	Symone K. Z.	
6	Flávio Almeida	
7	Argemiro Mello	
8	Edson Gomes	
9	Idemário Neto	



SF/19484.49748-51

Página: 3/5 17/09/2019 14:03:40

181c7ae4b59f17380fd9bf5ef5a855e2720e9ff9





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

10	Zenarob Paulo	Zenarob Paulo
11	Confúcio Moura	Confúcio Moura
12	Paulo Rocha	Paulo Rocha
13	Paulo Rocha	Paulo Rocha
14	Paulo Rocha	Paulo Rocha
15	Paulo Rocha	Paulo Rocha
16	Paulo Rocha	Paulo Rocha
17	Paulo Rocha	Paulo Rocha
18	Paulo Rocha	Paulo Rocha
19	Paulo Rocha	Paulo Rocha
20	Paulo Rocha	Paulo Rocha
21	Paulo Rocha	Paulo Rocha
22	Paulo Rocha	Paulo Rocha
23	Paulo Rocha	Paulo Rocha
24	Paulo Rocha	Paulo Rocha
25	Paulo Rocha	Paulo Rocha
26	Paulo Rocha	Paulo Rocha
27	Paulo Rocha	Paulo Rocha
28	Paulo Rocha	Paulo Rocha
29	Paulo Rocha	Paulo Rocha
30	Paulo Rocha	Paulo Rocha



SF/19484.49748-51

Página: 4/5 17/09/2019 14:03:40

181c7ae4b59117380fd9b15ef5a855e2720e9f9







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

31	<i>Wesley</i>	<i>Paulo Paim</i>
32	<i>Paula Sanon</i>	<i>Paula Sanon</i>
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		



SF/19484.49748-51

Página: 5/5 17/09/2019 14:03:40

181c7ae4b59f17380fd9bf5ef5a855e2720e9ff9

